

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DIPLOMACIA

DENISE DE ROCCHI

POSSIBILIDADES DE DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E PAZ
NO HAITI ATRAVÉS DAS MISSÕES DE PAZ DA ONU

Porto Alegre
2010

DENISE DE ROCCHI

POSSIBILIDADES DE DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E PAZ
NO HAITI ATRAVÉS DAS MISSÕES DE PAZ DA ONU

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade do
Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS,
como requisito para obtenção do
título de especialista em Relações
Internacionais e Diplomacia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Paraskevi
Bessa Rodrigues

Porto Alegre
2010

Àqueles que simplesmente acreditam

“No coração de quem faz a guerra, nascerá uma flor amarela, como um girassol.”

Cidade Negra

Possibilidades de democracia, desenvolvimento e paz no Haiti através das missões da ONU

Denise De Rocchi¹

RESUMO

Desde a década de 90, o Conselho de Segurança da ONU autorizou a realização de diferentes missões para conter a violência e ajudar no processo de transição democrática no Haiti. Em virtude da extensão dos danos provocados pelo terremoto de janeiro de 2010, mais uma mandato foi renovado. O presente artigo debate se este instrumento é o mais adequado para ajudar o país a estabelecer a paz, a democracia e o desenvolvimento econômico ou se constitui, como alegam alguns militantes haitianos, uma nova forma de ocupação e colonialismo.

Palavras-chave: Haiti, missões de paz, democracia, Direitos Humanos

1. INTRODUÇÃO

O terremoto ocorrido em fevereiro deste ano fez o mundo olhar para o Haiti, país mais pobre das Américas. A catástrofe vitimou centenas de milhares de pessoas e destruiu boa parte da infra-estrutura, agravando as dificuldades econômicas e sociais. O sofrimento desapareceu da maior parte dos noticiários ao redor do mundo, mas seis meses depois há muito por ser feito. Dois milhões de haitianos continuam sem uma casa e equipes humanitárias relatam a falta de condições adequadas para prestar assistência médica, porque além de não contar com equipamentos e medicamentos na quantidade necessária, elas próprias estão instaladas de forma precária.

Em Novembro, serão realizadas novas eleições presidenciais, mas diante da conjuntura em que elas ocorrerão antigos questionamentos são: algum dia os haitianos conseguirão construir um estado forte, pacífico e próspero? Qual será o

¹ Aluna de Especialização em Relações Internacionais e Diplomacia pela UNISINOS- Universidade do Vale do Rio dos Sinos – e mestranda em Relações Internacionais da UFRGS. Orientadora: Prof^a Dr^a

melhor caminho para alcançar a paz e a democracia? Será o Haiti capaz de atingir estas metas sozinho ou o novo governo necessitará obrigatoriamente do auxílio da comunidade internacional para tanto?

Há seis anos, as Nações Unidas mantém a Missão de Paz para Estabilização do Haiti (Minustah), criada para que o governo do país pudesse superar a crise provocada pela existência de grupos civis armados que agiam de forma criminosa. As forças de paz, sob comando das tropas brasileiras, e diversas organizações não governamentais trabalharam para reestruturar serviços básicos e conter aqueles que controlavam regiões inteiras do país através da violência, obtendo alguns avanços como a retomada do controle do poder público sobre áreas como Cite de Soleil, maior favela da capital Porto Príncipe. Devido aos danos provocados pelos tremores de terra, a ONU decidiu renovar o mandato da Minustah, medida que encontra críticos dentro e fora do Haiti. Naqueles dias que se seguiram à catástrofe, a população haitiana manifestou aos jornalistas seu descontentamento quanto à atuação das tropas das Nações Unidas, à ajuda estrangeira e até a de seu próprio governo.

Considerando que esta não é a primeira vez que a comunidade internacional ou outros estados, de forma unilateral, agem no Haiti, é pertinente perguntar quais são as reais possibilidades do auxílio permitir de fato o progresso do país caribenho, sem criar uma situação de eterna dependência. Este artigo analisa as possibilidades de construção da paz e democracia através de missões como a que se realiza no momento no Haiti. O primeiro capítulo resgata as origens filosóficas e teóricas da dicotomia guerra/paz e do dilema entre respeito à soberania e respeito aos direitos humanos. Os dados apresentados no segundo capítulo ajudam a dar a dimensão

das dificuldades enfrentadas pelo país e dos fatos que o levaram a não conseguir consolidar-se como um estado forte, tendo sua legitimidade questionada principalmente no plano interno. Em seu encerramento, o presente artigo pretende mostrar os prós e contras da ajuda externa, especialmente do uso de forças armadas, para a pacificação do território e seu desenvolvimento social e econômico.

2. AS BASES DA GUERRA, PAZ E DIREITOS HUMANOS

As questões ligadas à guerra e a paz marcaram a obra de filósofos desde a Antiguidade, refletindo uma realidade presente ao longo de toda história. A análise da violência, na verdade, inicia com o debate sobre a própria natureza humana. Para Thomas Hobbes (2004), nossa tendência seria viver de forma violenta, no que ele definiu como estado de natureza, em que os homens estão em constante luta pela sobrevivência. Tal situação que somente seria superada concedendo a um soberano a primazia do uso da força num dado território, constituindo um estado com leis. Em sua obra *O Leviatã*, Hobbes justifica que sem esta forma de organização os indivíduos estariam desprotegidos, não sendo capazes nem mesmo de enfrentar um inimigo comum. O autor não discorre sobre as formas de superar um estado de natureza entre nações, apenas reconhece a necessidade de estados políticos obterem os recursos de que precisam pelo comércio ou pela guerra justa. Seu raciocínio é considerado um dos precursores das teorias realistas em Relações Internacionais e muitos autores interpretam suas ideias como uma constatação de que os países tendem ao conflito mais do que à cooperação.

No lado oposto, Immanuel Kant filosofa sobre as possibilidades de construir uma paz duradoura entre os povos, partindo de seis premissas elementares, entre as quais destacam-se a impossibilidade de alcançar uma relação pacífica no globo se os estados mantivessem exércitos permanentes e se os signatários dos tratados

tivessem intenções ocultas de retomar o confronto no futuro. Ele reconhece também a existência de um estado de natureza, mas propõe outra forma de superação, tanto no plano externo quanto interno, estabelecendo uma constituição que transforme indivíduos em cidadãos. Esta visão mais humanista, contrastando com a imposição da ordem pela força como prega Hobbes, foi inspiradora da principal organização multilateral que conhecemos hoje, as Nações Unidas. É o que mais se aproxima da federação de estados imaginada por Kant, baseada no direito internacional (KANT, 2008).

De fato, uma série de tratados ao longo dos séculos buscou coibir práticas consideradas desumanas nos campos de batalha, bem como regular as relações políticas e comerciais em âmbito mundial. Na prática, não se atingiu a paz perpétua da utopia kantiana. Norberto Bobbio (2000) afirma que a sociedade internacional não é democrática e que o ponto de partida, o estado de natureza, sem regras, subsiste nas relações internacionais. Mas há movimentos que conduzem o sistema a outra realidade, cujo ponto de chegada seria o "estado de paz, se não perpétua, pelo menos estável", dependendo a passagem de um para o outro de acordos tácitos ou implícitos entre as partes (BOBBIO, 2000). Observando os diferentes graus de desenvolvimento político, social e econômico em diferentes partes do globo, pode-se perceber como as duas tendências coexistem: enquanto alguns países discutem em foros multilaterais formas de superar barreiras e aumentar a integração, outros enfrentam confrontos armados com vizinhos ou entre a própria população, situação que levou o governo do Haiti a aceitar as ações humanitárias em seu território nas últimas duas décadas.

A violência persiste em várias partes do mundo, mas é cada vez menos aceita como forma de solução de conflitos, tendo o Pacto Briand Kellog, de 1928,

praticamente proscrito a guerra como recurso legítimo de política internacional (TRINDADE, 2007). A soberania, considerada uma característica fundadora do sistema internacional tal como conhecemos, também não é mais reconhecida como absoluta, especialmente quando ocorrem violações dos Direitos Humanos. O uso deste princípio para defender os interesses estatais vem sendo apontado como barreira à paz:

Os estados, por sua vez, dependendo de suas condições de poder, e sempre que for o caso, deixam transparecer o viés voluntarista, que tanto mal trouxe à causa da segurança e da paz mundiais. Em razão disso, resistem à limitação de suas soberanias pelo direito internacional e, portanto, não tem, quando seus interesses estão em jogo, qualquer intenção de se submeter às normas legais. Foi esse espírito, o orgulho do Estado-nação westfaliano, o responsável, entre 1914 e 2000, por 100 milhões de feridos, 100 milhões de refugiados e pela morte de 86 milhões de seres humanos, que sucumbiram em consequência das duas Grandes Guerras e de outros conflitos armados que colocaram o século XX na lista das eras mais trágicas da história da Humanidade. (PEREIRA, 2007, p. 40)

Observa-se um dilema entre proteger indivíduos e respeitar o direito de outros estados, temática abordada de forma bastante abrangente em relatório da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal - International Commission on Intervention and State Sovereignty (ICISS, 2001). O estudo reconhece que a soberania ainda é um valor importante para os estados defenderem-se, sendo que para alguns a soberania é praticamente a única defesa com que contam, no contexto de desigualdade em que estão inseridos. Desde 1945, o direito internacional trouxe mais limitações às nações, mas a soberania ainda importa. Para a comissão, a organização sob a forma estatal ainda é a melhor maneira de garantir a difusão equânime dos benefícios da "internacionalização do comércio, investimento, tecnologia e comunicações" (p.7, 2001). Ela garante ordem porque os estados são considerados iguais, apesar de diferenças de tamanho ou poder econômico. O princípio da não-intervenção está estabelecido na Carta das Nações

Unidas. Intervir em território alheio deve ser, segundo o relatório da comissão, uma decisão tomada quando o estado for incapaz ou omissivo em conter graves violações contra parcelas da população. Ainda assim, os pesquisadores alertam que em muitos casos, optar por agir pode provocar danos maiores do que não intervir (ICISS, 2001).

Há que se considerar que muitos dos conflitos armados que mobilizam a opinião pública mundial na atualidade ocorrem em países de menor desenvolvimento econômico. A interferência nestes casos suscita (e deve suscitar) questionamentos sobre as reais motivações de uma ação em território alheio ou da aplicação de sanções contra determinados governos. A motivação correta - conter o sofrimento humano - deveria ser ponto fundamental de uma operação (ICISS, 2001). Uma pergunta frequentemente apresentada neste debate é porque alguns conflitos recebem a atenção da comunidade internacional enquanto outros, tão ou igualmente graves, não geram nenhuma ação mais firme por parte dos organismos internacionais. A resposta mais adequada talvez seja a das teorias realistas, de que os estados agem de acordo com seus interesses, o que explica porque o Conselho de Segurança tenha ignorado uma série de violências durante o período da Guerra Fria.

(...) a ONU foi completamente inoperante nos conflitos entre a Índia e o Paquistão e, da mesma forma, na guerra civil na Nigéria (Biafra), na ocupação soviética da então Tchecoslováquia e no conflito do Chipre, em 1974. Por tratar-se de assunto de interesse direto da França, dos Estados Unidos e da extinta União Soviética, três membros permanentes do Conselho de Segurança, as Nações Unidas foram mantidas à margem na guerra de independência da Argélia, no conflito do Vietnã e na invasão do Afeganistão, pela potência comunista, em 1979. (PEREIRA, 2007)

O autor cita ainda o interesse americano no Oriente Médio (somado às circunstâncias históricas, econômicas e religiosas) como causa do que caracteriza

como "fiasco" da atuação das Nações Unidas no conflito Israel/Palestina². A ONU considera em seu cálculo as famílias que fugiram da região desde a criação de Israel e seus descendentes nascidos na diáspora). Com o fim da Guerra Fria, as animosidades entre Estados Unidos e União Soviética diminuíram sensivelmente e não houve mais veto sistemático de uma das potências às sanções ou ações propostas pelo outro bloco. O resultado foi uma explosão no número de missões de paz autorizadas pelo Conselho, mas ainda assim alguns conflitos, como o de Ruanda, não foram incluídos neste rol, o que talvez tivesse reduzido as dimensões da catástrofe humanitária ocorrida no país (PEREIRA,2007) .

O uso de certos termos precisa ser avaliado com cuidado quando o tema envolve questões humanitárias. Em seu discurso de posse para o segundo mandato como presidente dos Estados Unidos, George W. Bush afirmou que "É a política dos Estados Unidos procurar e apoiar o crescimento de movimentos democráticos e instituições em cada nação e cultura, com o objetivo final de acabar com a tirania no mundo"³ (BUSH... 2005). A necessidade de "espalhar a democracia" foi mencionada repetidas vezes por integrantes do governo americano nos últimos anos. Mas a que democracia estamos nos referindo para justificar algum tipo de interferência em outro país, seja ela proposta e executada de forma unilateral ou autorizada pelas organizações internacionais? A que se satisfaz com o exercício do voto? A que exige efetiva participação e controle do governo pela sociedade civil? A que se inspira no modelo de países considerados desenvolvidos do Ocidente?

Outra reflexão pertinente é se a democracia de fato é condição necessária para a concretização da paz. Norberto Bobbio é um dos pensadores que pondera

² os palestinos são hoje o maior grupo de refugiados ao redor do mundo

³ It is the policy of the United States to seek and support the growth of democratic movements and institutions in every nation and culture, with the ultimate goal of ending tyranny in our world

sobre o tema:

Os problemas debatidos atualmente são mais ou menos da seguinte natureza: 1) se as democracias são mais pacíficas do que as autocracias; 2) se, admitindo-se que sejam mais pacíficas, a paz externa pode depender de uma progressiva extensão dos Estados democráticos e da democratização da comunidade internacional; 3) que consequências podem ter sobre a democracia interna dos Estados democráticos a presença de Estados não-democráticos no sistema internacional e a falta de democratização do próprio sistema - em outras palavras, se é possível ser democrático em um universo não-democrático. (BOBBIO, pag. 188, 2000)

Até a definição de Direitos Humanos é complexa, vide a disputa ideológica travada por Estados Unidos e a então União Soviética em torno do assunto na década de 60. A Declaração de Direitos Civis e Políticos foi criada com intuito de criticar a URSS por não oferecer certas liberdades aos seus cidadãos. Em resposta à superpotência adversária, os soviéticos submeteram à votação na ONU a Convenção dos Direitos Econômicos e Sociais (AIDH, 2010). . A dicotomia entre direitos econômicos e sociais está hoje superada, mas outras divergências surgem nos debates travados dentro dos organismos internacionais, como a dificuldade em chegar a um consenso sobre o que é terrorismo e o que é uma luta legítima contra a opressão.

É um desafio tratar Direitos Humanos como conceito universal num contexto de multiculturalidade, respeitando a diversidade dos estados que compõem a ONU, mas é fato o reconhecimento crescente que juristas como Antonio Cançado Trindade têm dado aos indivíduos também no plano internacional como sujeitos que merecem proteção:

Os círculos de pessoas hoje protegidas pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos são, assim, muito mais amplos do que se possa prima facie pressupor. Mas mesmo nas circunstâncias em que a função preventiva de sua normativa não se mostre eficaz, as reações às violações são prontas e firmes, certamente muito mais do que no passado. Isto evidencia o impacto do Direito Internacional dos Direitos Humanos, por sua própria existência, nas relações entre os indivíduos e o poder público(...) (TRINDADE, p. 232, 2007)

À luz do Direito Internacional, pessoas passam a ter personalidade mesmo quando seus estados de origem não lhe dão voz. O indivíduo é considerado ator que deve receber a atenção da comunidade internacional inclusive de forma preventiva, com adoção de medidas que evitem a eclosão de episódios de violação dos Direitos Humanos (ICISS, 2010). É reconhecido como vítima, mas também como algoz, com a criação de meios jurídicos para processar aqueles que cometem crimes contra a humanidade, entre os quais se destaca o Tribunal Penal Internacional, criado pelo Estatuto de Roma em 1998. No momento em que as nações buscam cada vez mais limitar o confronto, provocou bastante polêmica a decisão dos Estados Unidos, de não reconhecer a jurisdição do TPI, o que fez outro grande jurista brasileiro, Francisco Rezek (xxxx), afirmar que a corte poderia transformar-se num instrumento de condenação apenas para os oriundos dos países de menor desenvolvimento.

3. PANORAMA DO HAITI

3.1) GEOGRAFIA, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

A ilha Hispaniola abriga a República Dominicana, a leste, e a República do Haiti, a oeste, que ocupa uma área de 27.750km² da ilha caribenha. Tem uma população de 10 milhões de habitantes, que convive com baixos índices sociais e econômicos. A expectativa de vida é de 60 anos; a mortalidade infantil, de 54 crianças para cada mil nascidas vivas, sendo que 72 em cada mil não conseguem completar cinco anos de idade (UNICEF, 2010). Embora o país tenha conseguido reduzir praticamente pela metade o índice 1990, ele ainda é praticamente duas vezes maior que a média da América Latina e Caribe, de 23 mortes em mil.

Outros itens utilizados pelas Nações Unidas como parâmetro de

desenvolvimento mostram a frágil situação haitiana. Mais da metade dos haitianos vive com menos de um dólar por dia e os 40% mais pobres dividem 8% do produto interno bruto do país e os 20% mais ricos, 63% da riqueza (UNICEF, 2010). As estatísticas da ONU mostram ainda que, em 2006, 58% das pessoas tinham acesso a água potável e 29% a instalações sanitárias adequadas. Quanto à educação, somente 62% dos habitantes são alfabetizados, sendo o francês e o creóle as línguas oficiais.

O país tem uma economia dependente das importações, possuindo um déficit de quase um milhão de dólares por ano no balanço de pagamentos, valor que corresponde a um quinto do Produto Interno Bruto (ONU, 2009). Dois terços da população tem sua subsistência em atividades agrícolas e estão muito vulneráveis a efeitos de catástrofes climáticas, especialmente porque houve intenso desmatamento no território haitiano⁴. Uma sucessão de tempestades em 2008 e os terremotos no início de 2010 afetaram não só a produção agrícola como também danificaram a infra-estrutura de transportes. O quadro geral levou também à queda da atividade industrial em 2% em 2009, na comparação com o ano anterior (CIA, 2010).

Passados seis meses da ocorrência do terremoto, dois milhões de pessoas ainda estão desalojadas, vivendo em barracas improvisadas, apesar do grande volume de doações encaminhadas ao país (MUIR, ROMO e HOPPER, 2010). As organizações que prestam algum tipo de ajuda humanitária relatam as dificuldades de trabalho, já que elas próprias tiveram suas instalações seriamente danificadas, e

4 O ditador Papa Doc teria destruído uma extensão porção de florestas na fronteira com a República Dominicana para garantir uma melhor visão para linha de tiro, já que os dois países que dividem a ilha tem divergências históricas (BONVICINO, 2010).

lamentam as condições de higiene e segurança dos grandes acampamentos que se formaram principalmente na capital haitiana. Uma das profissionais da organização Médicos Sem Fronteiras, Maryvonne Bague, diz que em meio ao caos “ter uma barraca é quase um luxo, mas não é uma casa”. Ela salienta que os haitianos não perderam só as moradias, mas também os pequenos negócios que eram sua fonte de renda. Muitos ainda não superaram o trauma, temendo ser tragados pela terra e escombros novamente a qualquer minuto, o que dificulta ainda mais o retorno às atividades produtivas (DOCTORS..., 2010). A questão de regularização fundiária já era difícil antes mesmo da tragédia, pois apenas 5% dos haitianos possuíam título de propriedade dos terrenos e casas (DOYLE, 2010).

Os prédios públicos ainda não foram recuperados e tampouco há um calendário definido para sua reconstrução, apesar de já existir um cálculo de que seriam necessários 100 milhões de dólares para reerguer a capital Port Au-Prince. Um dos motivos para a demora segundo o coordenador da ajuda pelas Nações Unidas, Imogen Wall, é que 25% dos ocupantes de cargos públicos também morreram no terremoto, desfalcando o governo. Faltam mesas e computadores. Um dos conselheiros da presidência do Haiti, Jean Renald Clerisme lamenta que nem toda a ajuda internacional prometida foi entregue e que sem ela não há como adquirir terras e reconstruir casas (DOYLE, 2010). A Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA, na sigla em inglês) anunciou em julho de 2010 a liberação de mais 400 milhões de dólares para auxiliar os projetos do governo haitiano nos próximos dois anos. Na mesma época, cerca de seis meses após o terremoto, a Cruz Vermelha Internacional informou ter obtido doações suficientes para manter suas operações no Haiti e que novas doações recebidas até o fim do ano seriam destinadas para responder a outras catástrofes pelo mundo

(ICRC..., 2010).

Tendo em vista as difíceis condições de vida que enfrentam no momento, muitos haitianos tentaram entrar legalmente ou não em outros países desde a ocorrência do terremoto. Em fevereiro, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados fez um apelo para que os governos não remetessem estas pessoas de volta enquanto a situação interna no Haiti não permitisse oferecer condições mínimas quanto a alimentação e saúde⁵ (ACNUR, 2010). As tentativas de sequestrar crianças com fins à adoção internacional foram outra grave violação de Direitos Humanos registrada em meio à desordem provocada pelos tremores de terra. Ganhou especial atenção da mídia internacional o grupo de missionários americanos detido tentando levar 33 pequenos haitianos (alguns dos quais afirmavam ter parentes que sobreviveram ao terremoto e que poderiam assumir sua guarda) até a República Dominicana, de onde seriam encaminhados a casais estrangeiros em outras partes do mundo (WARLTIER, 2010).

3.2) HISTÓRIA DO HAITI: EXEMPLO A SEGUIR OU A TEMER?

Durante a cobertura jornalística do terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010, muitas referências foram feitas à histórica coragem do povo haitiano, primeiro a se tornar independente no continente americano, em 1791. O processo estendeu-se até 1804, quando os escravos da então ilha de Saint Domingue conseguiram libertar-se do controle francês e abolir a escravatura, fato que gerou grande preocupação entre as potências européias da época, que temiam a disseminação de rebeliões entre as demais colônias e as consequentes perdas econômicas e políticas. Mesmo os Estados Unidos, que já eram uma república

5 Um dos princípios basilares do Direito Humanitário é o “non-refoulement”, a não-devolução de quem busca refúgio em outra nação ao país de origem, se neste persistirem as condições que

independente, auxiliaram financeiramente a França em sua campanha militar para derrotar os escravos revoltosos.

Os trabalhos de diferentes autores contribuem para compreensão da mística que se criou em torno da libertação do Haiti. Ira Lowenthal (apud CHOMSKY, 1993) diz que "o Haiti foi a primeira nação livre de homens livres que surgiu dentro da constelação emergente do império europeu ocidental", referindo-se a participação mais efetiva que as camadas mais discriminadas da sociedade tiveram durante e depois da independência, fato que não repetiu-se em outros movimentos de libertação na América Latina. A vitória de trabalhadores braçais sobre as forças europeias não era esperada pelos colonizadores. O ineditismo da resistência haitiana é ressaltado por alguns autores, como Lowenthal, com palavras que destacam valores como heroísmo e liberdade. Esta no entanto é uma visão contemporânea sobre o povo haitiano e ainda hoje não é unânime. À época dos fatos, a imagem que prevaleceu foi a da barbárie. As tentativas dos escravos de envenenar seus senhores e a prática de vodu permeavam o imaginário dos europeus: a violência ganhava grande destaque nos relatos das ações dos revolucionários, construindo um inimigo selvagem e incivilizado (SCARAMAL, 2006). A narrativa da cerimônia vodu em Bois Caiman em 1791, que mobilizou a população para a luta pró-independência, foi uma das utilizadas para formar a imagem de medo pelo uso de forças sobrenaturais (SCHMIDT, 2010). Eliesse Scaramal (2006) menciona ainda obras como o livro do cônsul britânico Spencer Saint John, "Haiti or the Black Republic", publicado em 1884, que relata a investigação do rapto de crianças para sacrifícios em rituais de vodu, sem fazer menção que a acusada do crime alegava ter confessado as mortes por ter sido torturada pelas forças policiais.

A ideia de horror persiste até hoje na fala dos estrangeiros ao falar do Haiti, tanto fazendo referência às precárias condições de higiene locais e à existência de cadáveres à céu aberto devido à violência, quanto à política haitiana e às manifestações populares (SCARAMAL, 2006). Esta visão fatalista contamina até representantes do país, como fez o cônsul do Haiti em São Paulo, George Samuel Antoine, após os terremotos de janeiro de 2010. Além de afirmar que a tragédia tinha um lado positivo, de difundir o país e aumentar o volume de doações, creditou a sucessão de catástrofes a práticas religiosas "Acho que de tanto mexer com macumba, não sei o que é aquilo... o africano em si tem uma maldição. Todo lugar que tem africano tá f..." (CÔNSUL..., 2010). A persistência deste imaginário de povo bárbaro ou condenado à desgraça tem implicações políticas, validando a interferência na região por parte daqueles que se consideram mais desenvolvidos.

A primeira motivação para temer o Haiti foi a abolição da escravatura, quando o uso deste tipo de mão-de-obra era base da produção nas colônias mantidas pela Europa. Os proprietários de escravos nos países vizinhos calculavam as grandes perdas que teriam se uma revolução nos mesmos moldes ocorresse em outros pontos do Caribe e Américas (CHOMSKY, 1993). A independência teve o ônus econômico de uma compensação financeira à França, além de outro pesado preço: o isolamento. A outrora rica colônia francesa não tinha para quem exportar seus produtos agrícolas, além do que as décadas ininterruptas de monocultura empobreceram o solo (BONVICINO, 2010). As relações com a vizinha República Dominicana também eram tensas. Quando os dominicanos tornaram-se independentes em 1821, o então presidente do Haiti, Jean Pierre Boyer, invadiu o território para tentar unificar ilha. A tentativa de submeter os vizinhos a seu controle dificulta até hoje uma aproximação entre os dois países.

Outras nações levaram décadas para reconhecer o novo estado. Os Estados Unidos só o fariam em 1862, após a Guerra da Secessão e ainda assim, em parte por ver a possibilidade do Haiti ser mais um destino para os escravos libertos em solo americano⁶. Nem mesmo o líder Simon Bolívar, um dos libertadores da América, a quem os haitianos haviam oferecido ajuda na luta contra os espanhóis, manteve relações diplomáticas com o Haiti, acusando o país de estimular o conflito racial (CHOMSKY, 1993).

De fato, o rígido controle a que foram submetidos pelos colonizadores fez negros e mulatos desenvolverem uma espécie de ojeriza ao branco europeu. A violência nos anos que antecederam a independência, descrita pelo militar francês Lemonnier Delafosse, incluía fuzilamentos, afogamentos e despejo das vítimas aos cães para servirem-lhes de alimento. Como resposta aos métodos utilizados para controlá-los, os insurretos degolavam os brancos (SCARAMAL, 2006). O desejo de não serem mais controlados foi transposto para a primeira constituição do Haiti, feita em 1805: "Nenhum branco, seja qual for sua nacionalidade, pisará neste território com o título de amo ou proprietário nem poderá no futuro adquirir propriedade alguma". O artigo seguinte abre exceção apenas para as mulheres brancas naturalizadas haitianas e seus filhos (SCARAMAL, 2006).

3.3) O FATOR ÉTNICO

Na então colônia de Saint Domingue, a divisão social era muito complexa, havendo 128 denominações específicas para as diferentes combinações entre brancos e negros (SCARAMAL, 2006). A renda era outro fator de divisão. Os

6 Com o fim da escravidão, o governo americano criou uma política de retorno dos escravos libertos para outros locais, o que incluiu até a criação de um país, a Libéria, em solo africano.

grandes fazendeiros, burocratas e profissionais liberais eram conhecidos como grand blancs e os artesãos e comerciantes como petit blancs. Os mestiços livres, mulâtres ou sang melés, eram um grupo de 30 mil indivíduos, alguns dos quais possuíam escravos e tinham condições inclusive de mandar os filhos estudarem na França. A grande maioria dos habitantes eram escravos negros (SCARAMAL, 2006).

Em comum, mulatos e negros tinham o preconceito que sofriam por parte dos brancos, mas isto não foi suficiente para constituir uma unidade entre eles e ao longo da história os grupos se hostilizaram por estarem em campos políticos opostos (CÂMARA, 1998). Nos primeiros anos de independência, não havia consenso nem mesmo quanto ao regime político: a região norte, de maioria negra, adotou a monarquia e o sul, predominantemente mulato, a república. A unificação ocorreu em 1820, mas o poder se dividiu entre um e outro grupo étnico, sendo que os mulatos foram os que por mais tempo lideraram a nação. Ao ocupar o Haiti no início do século XX, os americanos colocaram mulatos em alguns postos de comando, aumentando a rejeição do grupo negro contra os estrangeiros (CÂMARA, 1998). O primeiro negro a assumir a presidência foi Duvalier, o Papa Doc, que buscou privilegiar negros em diversas esferas da vida pública, até então dominada pelos mulatos, o que tampouco contribuiu para a coesão e desenvolvimento social (KUMAR).

Além da cor, língua e a religião também são fatores que marcam diferentes identidades no Haiti:

O dualismo da Sociedade Haitiana, que sob certos aspectos recorda o regime do apartheid sul africano, se articula de maneira orgânica sobre um duplo espaço, urbano e rural; uma dupla cultura, uma dupla religião e uma realidade linguística, onde o acesso ao poder está determinado pela língua dominante que é o francês, a que

determina também o acesso ao desfrute e ao reconhecimento.⁷
(BEJEAUX ET AL, p. 10, 1986)

As populações mais pobres, maioria no Haiti, utilizam o creóle para se comunicar, inclusive não tendo desenvolvido a habilidade de falar a língua dos antigos colonizadores. No século XVIII, os mulatos livres falavam francês, o que não ocorria com praticamente a totalidade dos escravos negros. Após a independência, o idioma tornou-se mais uma marca distintiva entre os grupos, pois a burocracia continuou usando a língua de origem europeia. Somente no século XX, a elite haitiana passou a valorizar o creóle como marca cultural, em parte como reação à invasão americana, para rechaçar a dominação estrangeira. Em 1979, seu uso foi permitido nas escolas e na constituição de 1983 o creóle foi reconhecido como idioma (HAGGERTY, 1989).

Outro traço identitário essencial para entender a dinâmica social e política do país caribenho é o vodu, culto de origem africana em que as famílias cultuam os loas, espíritos protetores. Os rituais, geralmente pedindo proteção ou cura de doenças, são praticados inclusive por aqueles que se declaram católicos (HAGGERTY, 1989). O culto é praticado principalmente pela população negra, mas atualmente tem atraído também mulatos e seus descendentes que fugiram do Haiti em função de décadas de perseguições políticas. Vivendo em cidades como Nova York, eles encontram no vodu uma forma de cultivar raízes perdidas com a diáspora (SCHMIDT, 2010).

3.4) PAPADOCRACIA, UM CAPÍTULO À PARTE

As ditaduras dos Duvaliers são ponto fundamental para compreender a

7 El dualismo de la Sociedad Haitiana, que bajo ciertos aspectos recuerda el régimen del apartheid sudafricano, se articula de manera orgánica sobre un doble espacio, urbano y rural; una doble cultura, una doble religión, y una realidad lingüística, donde el acceso al poder está determinado por la lengua dominante que es el francés, la que determina también el acceso al disfrute y al reconocimiento.

dinâmica política do Haiti. François Duvalier conquistou espaço na política desenvolvendo uma campanha nacionalista, calcada na valorização do elemento negro, indivíduos que apesar de serem maioria estavam aliados do poder. Em 1957, Duvalier chega à presidência através do voto, mas rapidamente mostra seu lado violento e ditatorial (SCARAMAL, 2006). Ele neutralizou o exército e criou uma força policial de sua confiança, os Tonton Macoutes, que contavam com 25 mil integrantes, número quatro vezes maior que o de militares (CÂMARA, 1998). O nome do grupo remete à personagem da cultura local que vagaria pelas ruas roubando crianças. Scaramal (2006) relata como Duvalier tirou proveito do fator étnico, religioso e cultural para conquistar o eleitorado e depois, impor o medo e perpetuar-se na presidência, criando a imagem de que ele próprio seria um poderoso sacerdote vodu. Por ser médico de formação, ficou conhecido pelo apelido Papa Doc (o “pai doutor”).

Em 1961, ele fecha a Assembleia Nacional e em 1964 abole a constituição, declarando-se presidente vitalício. Em 1971, altera novamente a legislação, reduzindo para 18 anos a idade mínima para ser presidente, manobra criada para passar o cargo ao filho Jean Claude Duvalier, o Baby Doc (CÂMARA, 1998). O segundo ditador ficou no poder por 15 anos, consolidando a Papadocracia, regime baseado na repressão aos opositores.

Num contexto de Guerra Fria e disputa ideológica, François Duvalier, por não ser comunista, contava não ser visto como ameaça para os americanos e assim não sofrer pressão efetiva dos organismos internacionais pela ações adotadas internamente. O filho, Baby Doc, usou da mesma estratégia, mas durante o governo Jimmy Carter sofreu cobranças quanto ao desrespeito aos Direitos Humanos e libertou alguns presos políticos. Quando Ronald Reagan assumiu a Casa Branca, a

repressão intensificou-se novamente. A pressão internacional e reação popular fazem Baby Doc deixar o país em 1986, embora seus seguidores tenham permanecido na ilha (CÂMARA, 1998). O saldo de décadas de perseguições e difíceis condições econômicas foi um grande fluxo migratório, existindo mais de meio milhão de haitianos apenas nos Estados Unidos (ABRAMS, 2010).

A transição da ditadura para a democracia tem sido bastante delicada. Tendo em vista que os Duvaliers deturparam o vodu para amedrontar possíveis opositores, ao sentir-se livre dos ditadores a população perseguiu e matou sacerdotes deste culto (SCHMITT, 2010). A pobreza era um dos grandes desafios, pois 60% da população tinha renda per capita anual inferior a 60 dólares e os índices de desnutrição e mortalidade infantis eram preocupantes (CHOMSKY, 1993). Houve uma série de governos provisórios, até a eleição em 1991 do presidente Jean Bertrand Aristide, deposto meses depois. Ele só retornaria à função em 1993. René Preval é eleito em 1996 para um mandato de cinco anos, sendo sucedido novamente por Aristide, novamente derrubado do poder, desta vez quando faltavam poucos meses para o fim do mandato. A nova eleição realizada em 2004 colocou Preval novamente no comando do país.

Devido ao terremoto, as eleições previstas para fevereiro de 2010 foram adiadas para novembro. A exemplo dos que ocuparam o cargo nos últimos 20 anos, o novo presidente terá que enfrentar o atraso econômico e tentar aumentar a legitimação do poder público, tema a ser retomado nos capítulos seguintes.

3.5) A PRESENÇA ESTRANGEIRA

Quando Cristovão Colombo chegou ao Caribe, em 1492, encontrou os índios Aityi na região, grupo que em menos de dois séculos foi dizimado pelos europeus (CHOMSKY, 1993). No século XVIII, desejosos de reafirmar sua repulsa à

colonização, os recém libertos escolheram o nome desta tribo local para dar nome à nova nação (SCARAMAL, 2006). Porém, a independência não eliminou a interferência estrangeira no Haiti, sendo a norte americana a mais relevante. Chomsky (1993) menciona 24 operações em solo haitiano entre os anos de 1849 e 1913, alegando proteção dos cidadãos e propriedades americanos. Foi sob o governo de Wodrow Wilson, um dos mentores da criação da Liga das Nações e vencedor do prêmio Nobel da Paz de 1919, que os Estados Unidos ocuparam o território haitiano entre os anos de 1915 e 1934. À época, a política americana para a América Latina e Caribe era a do Big Stick, o uso da força para preservar os interesses das empresas que operavam em países menos desenvolvidos. A primeira ação foi controlar a alfândega, os escritórios dos órgãos arrecadadores de impostos e reter recursos inclusive do salário do presidente até que este assinasse a liquidação do Banco da Nação, transformado em sucursal de uma instituição bancária norte-americana (GALEANO, 2004). Os comandantes e seus soldados manifestavam desdém em relação à população haitiana, a quem se referiam como sendo inferiores (CHOMSKY,1993) e boa parte das tropas eram provenientes dos estados americanos mais racistas, por considerar-se que estes saberiam lidar com os "pretos" (SCARAMAL, 2006).

Os resultados de uma ação empreendida nestes termos não são difíceis de imaginar. A população local revoltou-se contra os marines americanos, um confronto que deixou cerca de 15 mil mortos (CHOMSKY, 1993), entre ele o líder do levante Charlermagne Péralte:

Há quatro anos a ocupação [americana] tem nos insultado constantemente. Cada manhã nos traz uma nova ofensiva. O povo é pobre e a ocupação ainda nos oprime com impostos. Espalha incêndios e nos proíbe de reconstruir casas de madeira sob o pretexto de manter a cidade bonita. Haitianos, vamos nos manter firmes. (...) Se eles queimam nossas cidades, não importa! Como afirma a inscrição no túmulo do grande Dessalines: " Ao primeiro tiro

de canhão dar o alarme, a cidade some e a nação se levanta" .
(PÉRALTE apud LAURENT)⁸

Péralte foi assassinado e os marines divulgaram a imagem do líder morto para desmoralizar os insurgentes, uma tática que não teve o resultado imaginado. A posição em que o líder foi fotografado, amarrado a uma porta, com os braços abertos e envolto em trapos, lembrava a imagem de Jesus Cristo. Para Chomsky, isto contribuiu para transformá-lo em símbolo do nacionalismo haitiano, tendo sua memória enaltecida até hoje por grupos contrários à interferência estrangeira no país.

Um dos motivos para um povo protestar contra a ajuda estrangeira é que esta pode ocorrer sem ter em conta o interesse daqueles que a recebem. A artista e militante haitiana Marguerite Laurent, que identifica-se também como Ezili Dantò⁹, é uma das que criticam fortemente a missão de paz em curso no país e mais ainda algumas ações adotadas logo após o terremoto. Entre elas, menciona o controle do aeroporto da capital Port Au Prince por soldados norte-americanos, o que segundo a militante mais dificultou do que auxiliou a chegada da ajuda humanitária a muitas partes do Haiti (DANTÓ, 2010). Esta medida, aliás, gerou descontentamento entre os corpos diplomáticos de outros países como o Brasil, que recebeu da ONU o comando da operação de paz, e a França, cujo ministro das Relações Exteriores, Bernard Kouchner, afirmou que os americanos haviam praticamente anexado o aeroporto (EUA..., 2010).

Outro exemplo da reação à interferência estrangeira foram os recentes protestos contra a doação de sementes de milho pela empresa Monsanto. Cerca de

8 For four years the [American] Occupation has been insulting us constantly. Each morning it brings us a new offense. The people are poor and the Occupation still oppresses us with taxes. It spreads fires and forbids us to rebuild wooden houses under the pretext of keeping the city beautiful. Haitians, let's stay firm. (...) If they burn our cities, it doesn't matter! As the inscription on the tomb of the great Dessalines states: "At the first canon shot, giving the alarm, cities disappear and the nation stands up."

9 O nome é de uma divindade haitiana ligada ao culto vodu que inspiraria a artista, segundo a

10 mil camponeses participaram da mobilização no início de junho de 2010, que acusava a multinacional de aproveitar-se da situação social e econômica após o terremoto para introduzir seus produtos na ilha, tornando os agricultores haitianos dependentes dos insumos da empresa¹⁰ (JOANES, 2010). Lideranças locais ligadas à organização Via Campesina conclamaram os pequenos produtores a protestar, defendendo o plantio de variedades nativas de grãos e árvores e denunciando, como causa da vulnerabilidade do país às catástrofes naturais, a ação “de poderes coloniais e neocoloniais, principalmente Espanha, França e Estados Unidos, assim como as políticas das instituições financeiras internacionais” (VIA CAMPESINA, 2010).

Em ocasiões anteriores, a cooperação no setor primário da economia teve resultados desfavoráveis para os camponeses haitianos. Um projeto de 1941, a Companhia Haitiana-Americana de Desenvolvimento Agrícola (CHADA) tentou implantar cultivos como o sisal e a borracha, sob a orientação de agrônomos dos Estados Unidos, sem levar em consideração avaliações de especialistas locais de que a introdução de tais culturas não teriam o sucesso almejado.

O projeto adquiriu 5 por cento das melhores terras cultiváveis do Haiti e expulsou 40 mil famílias camponesas, que se tivessem sorte podiam ser recontratadas como diaristas. Depois de quatro anos a colheita foi ridícula: cinco toneladas de borracha. Então o projeto foi abandonado, em parte porque o mercado tinha acabado. Alguns camponeses voltaram às terras, mas foram incapazes de retomar o cultivo porque a terra ficara arruinada. Muitos não podiam nem sequer encontrar os seus campos depois que os tratores acabaram com as árvores, as colinas e as matas. (CHOMSKY, p.320, 1993)

Outra situação ocorreu em 1978, quando foram registrados casos de febre suína na República Dominicana, que divide a ilha de Hispaniola com o Haiti. Para

biografia constante em sua página na internet.

¹⁰ As sementes transgênicas fornecidas pela empresa geram grãos estéreis, obrigando o produtor a adquirir mais sementes no ano seguinte. Esta é uma das razões pela qual a tecnologia tem sido combatida por movimentos ligados ao altermundialismo, que critica a globalização, entre os quais está a Via Campesina.

proteger a indústria norte americana de carne suína de uma expansão da epidemia, os Estados Unidos apresentaram um programa sanitário para exterminar os 1,3 milhão de porcos criados pelos produtores haitianos e substituí-los por animais saudáveis. Os pequenos produtores rurais receberam a ideia com desconfiança, temendo que o real objetivo fosse os americanos ganharem dinheiro com a venda de plantéis de suínos. O programa exigia que o camponês comprovasse ter meios de manter os animais trazidos dos Estados Unidos, que mostraram-se menos resistentes a doenças e morreram. O resultado foi o fim desta atividade econômica, que era vista pelos haitianos como uma alternativa para os momentos de dificuldade financeira da família (CHOMSKY, 1993). O quadro atual da atividade agrícola no país preocupa a FAO, agência da ONU para agricultura e alimentação, pois a maior parte da ajuda que o Haiti recebe é direcionada às zonas urbanas. Para a entidade, o fortalecimento da economia em áreas rurais, além de produzir alimentos, contribuiria para gerar renda no campo e reduzir a favelização nas cidades haitianas (HAITIAN..., 2010).

Além de verem com desconfiança algumas formas de ajuda externa, os haitianos também se ressentem da forma como são tratados no exterior. A antropóloga Betina Schmitt (2010) questiona a diferença de tratamento dispensado a cubanos e haitianos nos Estados Unidos. Ambos grupos desembarcaram em grande número em solo americano por conta de perseguições políticas a partir da década de 60, mas apenas o primeiro foi tratado como tal. A maior parte dos oriundos do Haiti é vista como imigrante pobre e indesejado. Até o país vizinho, a República Dominicana, limita este movimento migratório. Mesmo diante da tragédia provocada pelo terremoto, o governo dominicano manteve rígido controle nas fronteiras para evitar a entrada de uma massa de haitianos.

Embora esta não seja uma razão manifestada publicamente por fontes oficiais, há desconfiança de que conter os imigrantes ilegais seria também uma das razões para a rápida resposta americana para a tragédia, com envio de tropas e barcos. Esta motivação já havia sido observada na década de 90, quando ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA) organizaram uma missão de paz para conter a crise após a derrubada do presidente Jean Bertrand Aristide:

Uma segunda razão para as contradições da conduta norteamericana estaria na questão dos refugiados ou boat people haitianos. Mais do que pelo dever de atender a um remoto apelo de democratização do Haiti ou honrar compromissos multilaterais, a administração Bush viu-se premiada pela necessidade de resolver o que se transformara em grave e delicada questão interna, o fluxo migratório dos boat people haitianos. (CÂMARA, p. 136, 1998)

À época, a Marinha americana interceptava barcos haitianos e encaminhava de volta ao Caribe a grande maioria das milhares de pessoas que neles se deslocavam em direção aos Estados Unidos. Quatro mil foram aceitas como refugiadas. Ao assumir a presidência, Bill Clinton prometeu rever a política para os imigrantes haitianos, mas voltou atrás devido a forte reação da opinião pública (CÂMARA, 1998).

4. AS FORÇAS ESTRANGEIRAS SOB FORMA DE MISSÕES DE PAZ

Anos de batalhas, milhões de mortos, feridos e centenas de cidades destruídas reacenderam ideais utópicos como os de Kant, de uma sociedade internacional pacífica. A criação da ONU foi uma tentativa de concretiza-los, o que pode ser observado nos termos usados desde as primeiras linhas da Carta das Nações Unidas:

Nós, os povos das nações unidas decididos
–a preservar às gerações vindouras do flagelo da guerra que duas vezes em nossa vida infligiu à humanidade sofrimentos inomináveis
–a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade dos direitos dos homens e mulheres e das nações grandes e pequenas (...)
–Decidimos unir nossos esforços para realizar estes desígnios. Para tanto, nossos respectivos governos, por meio de representantes reunidos na cidade de San Francisco que exibiram seus plenos poderes, encontrados em boa e devida forma, convencionaram na presente Carta das Nações

Unidas e por este ato estabelecem uma organização internacional que se denominará Nações Unidas. (ONU, 1945)

Os capítulos V, VI e VII definiram o escopo de atuação do Conselho de Segurança da entidade para manter a paz, definindo os procedimentos em casos de ameaças e violações às normas internacionais. Entre os instrumentos previstos já estavam as missões de pacificação, que são definidas pela International Peace Academy como operações para

(...)a prevenção, a contenção, a moderação e o término das hostilidades entre Estados ou no interior de Estados, pela intervenção pacífica de terceiros, organizada e dirigida internacionalmente, com emprego de forças multinacionais de soldados, policiais e civis, para restaurar e manter a paz.(CARDOSO, p.17, 1998)

As demandas relacionadas à pacificação de conflitos modificaram-se ao longo das décadas de existência da ONU. A primeira missão de paz foi criada para acompanhar o armistício entre judeus e árabes após a criação do Estado de Israel, em 1948. As missões contemporâneas cada vez mais referem-se a conflitos no âmbito interno, que não envolvem disputas entre estados vizinhos:

Vistas inicialmente como instrumentos de manutenção de acordos de paz, peacekeeping, passaram em seguida, à imposição de paz com base em acordos existentes entre as partes, peaceenforcing, e agora podem ser apontadas como instrumentos para a reconstrução de países destruídos por conflitos, peacebuilding. A Minustah, Missão da ONU de Estabilização do Haiti, comandada pelo Brasil, é um claro exemplo desta mudança. Como explica o chanceler Celso Amorim, a presença da ONU no Haiti desdobra-se em três objetivos: 'a estabilização do país; a promoção do diálogo entre as diversas facções políticas e a capacitação institucional, social e econômica. (PEREIRA, p. 51, 2007)

A proposição de Thomas Hobbes, de que a centralização do poder e do uso da força sob a forma de Estado garantiria a estabilidade interna e a proteção contra eventuais ameaças externas já não se aplica totalmente à realidade mundial. Novos e antigos conflitos eclodem e penalizam a população civil. Nem sempre estas violações de Direitos Humanos são fruto da ação estatal e de seus agentes legalmente constituídos, como observa-se em locais como Serra Leoa e Somália, onde grupos rebeldes armados controlam regiões de seu país, perseguem e matam

opositores. Como já comentado no capítulo 2, os indivíduos são reconhecidos como sujeitos que merecem a proteção do Direito Internacional, mas também podem ser algozes, o que levou à criação do Tribunal Penal Internacional para suprir uma lacuna: a falta de um regime que julgasse pessoas e não estados por violar o Direito Humanitário.

Esta passagem da ação embasada no capítulo VI para o capítulo VII da Carta da ONU (que possibilita o mandato de missão com uso da força) e do enfrentamento a civis revoltosos e não apenas a forças estatais (soldados) teve percalços, sendo a Somália um caso emblemático. A operação lá realizada no início dos anos 90 encontrou uma situação de conflito pior que a projetada na fase de planejamento. Além disso, houve episódios de violações de direitos humanos cometidas por integrantes das forças de paz contra os cidadãos que deveriam defender (CARDOSO, 1998).

Intervir em outro país por razões humanitárias é sempre uma decisão complexa. A Carta das Nações Unidas prevê, antes da intervenção militar, a adoção de outras medidas contra o governo que age em desacordo com as normas internacionais, entre elas a aplicação de sanções econômicas. Porém, estas também podem ser ineficientes e até mais danosas para as vítimas do que simplesmente não agir:

A experiência, curta mas intensiva, com a administração de sanções indica também que seu efeito, nos territórios dos países sancionados, se faz sentir mais rápida e pesadamente sobre os segmentos mais vulneráveis da população: os velhos, as crianças, os inválidos, os incapazes, as minorias discriminadas, e os demais grupos que mais careçam de assistência (CARDOSO, p.124, 1998)

O Haiti passou por essa experiência antes mesmo do estabelecimento de uma organização internacional que regulasse as relações inter-estatais. Ao tornar-se independente, o país foi boicotado por outras nações e perdeu parceiros comerciais

e mercado para sua agricultura de plantation, principal atividade econômica da época. Este boicote deixou marcas até hoje no desenvolvimento econômico (DOYLE, 2010). Na contemporaneidade, viveu situações bastante distintas quanto a esta relação política/economia. Durante a ditadura dos Duvaliers, a presença de empresas americanas no país aumentou de 13 companhias em 1966 para 154 em 1981. Quarenta por cento das exportações haitianas do período referiam-se a mercadorias produzidas por estas empresas, sem nenhuma restrição à postura anti-democrática do governo do período (CHOMSKY, 1993). Após o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos manifestaram-se de forma mais dura contra o golpe de estado ocorrido em 1991: ameaçaram cortar todo auxílio financeiro ao Haiti enquanto o presidente deposto Jean Bertrand Aristide não fosse reconduzido ao cargo (CÂMARA, 1998).

Outro ponto é que uma missão de manutenção da paz deve ocorrer com a anuência do estado que a recebe, respeitando o princípio da soberania. Mas isto torna-se um dilema quando o estado é incapaz de solucionar ou é ele próprio responsável por violações de extrema gravidade aos Direitos Humanos. Durante sua gestão como secretário geral da ONU, Boutros Boutros Gali afirmou que

(...) não se pode permitir que a soberania, a integridade territorial e a independência dos Estados dentro do sistema internacional estabelecido, e o princípio da autodeterminação dos povos - todos de grande valor e importância - trabalhem uns contra os outros no período que se avizinha. (CARDOSO, p. 121, 1998)

Por outro lado, as assimetrias de poder existentes hoje no sistema internacional suscitam temores de outras motivações estejam ocultas sob o discurso da ajuda humanitária:

Se, tendo mudado, o ambiente internacional desperta hoje a esperança de que o poder da comunidade internacional possa proteger o fraco contra o forte, como originalmente pretendido na Carta das Nações Unidas, ele também acende preocupações de que os poderosos procurem impor sua

visão de mundo aos mais fracos, sem qualquer consideração pelos princípios da soberania internacional e da não-interferência nos assuntos internos que estão também consagrados na Carta das Nações Unidas. (CARDOSO, p.109, 1998)

A diferença de desenvolvimento econômico entre os países pode contribuir para que se mantenha uma inclinação para a missão civilizadora, tão comum no passado. Immanuel Kant foi um dos autores que verbalizou esta visão:

(...) pois todas essas sociedades comerciais estão a ponto de ruína próxima, pois as ilhas açucareiras, exemplo da escravidão mais cruel e premeditada, não dão nenhum rendimento verdadeiro, mas somente imediato e, na verdade, para uma intenção não muito louvável que é a formação de marujos para as esquadras de guerra (...) (KANT, p. 41, 2004)

A desconfiança quanto à capacidade de alguns estados se auto-governarem continua fazendo parte de alguns discursos, mesmo que com diferentes intenções:

O imperativo do respeito aos direitos fundamentais escora toda a estruturação do alegado "direito de intervir": para muitos, a obrigação impostergável que propõem assumir com a mesma dedicação e resignação com que enfrentaram, ou se dispõem ainda a suportar o 'fardo do homem branco' em sua sina e missão civilizadora; para outros tantos, uma clara vocação a mais a ser exercitada pelas Nações Unidas. (CARDOSO, p. 122, 1998)

Paradoxalmente, para alcançar a paz o instrumento usado em muitas ocasiões tem sido a força. Isto colocou o Brasil em meio a críticas por todos os lados ao assumir o comando da Missão para Estabilização do Haiti (Minustah). Internamente, houve quem condenasse o governo por aceitar uma missão de paz baseada no capítulo VII da Carta das Nações Unidas (aquele que prevê o uso da força) por ela ser contraditória aos princípios da nação, em especial o artigo da constituição brasileira que afirma que as relações internacionais serão pautadas pela não-intervenção e solução pacífica de controvérsias. No exterior, houve reclamações de que o exército brasileiro não estaria fazendo uso dos instrumentos permitidos pelo mandato que recebeu do Conselho de Segurança e que deveria agir de forma mais dura no Haiti (LAMAS, 2005).

A participação na Minustah está relacionada com a intenção da diplomacia

brasileira de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (LAMAS, 2005). Porém, na crise haitiana dos anos 90 o Brasil não queria medidas drásticas, por temer que a intervenção do conselho de segurança representasse um risco de futuras intervenções na América Latina em outros casos de conflitos internos (CÂMARA, 1998).

O quadro político haitiano era de instabilidade desde o fim da ditadura de Papa Doc e Baby Doc, sendo a primeira eleição realizada em 1990, quatro anos após os Duvaliers deixarem a ilha. Com seu discurso sobre justiça social, Jean Bertrand Aristide conquistou o voto de 7 em cada 10 cidadãos, mas também gerou apreensão de opositores que o derrubaram do poder. O grupo político de esquerda liderado por ele adotou o nome *Lavalas*, que em creóle significa avalanche, propondo uma corrente para limpar a política haitiana.

Com a bandeira do Lavalas, Aristide inquietava as classes dominantes, constituídas pelas conhecidas seis grandes famílias haitianas que detinham o poder econômico no país. Instaladas no Haiti em princípios do século XX, as grandes famílias haitianas (os Brendt, os Mews, os Accra, os Biggio, os Behrmanns e os Madsen), com investimentos e participação nas áreas de produção de café e açúcar e de fabricação de calçados e produtos têxteis, farmacêuticos e siderúrgicos, teriam sido, segundo se interpretou, elementos de apoio ao golpe militar que destituiu o presidente Aristide e importante força de oposição à restauração de seu Governo. (CÂMARA, p.60, 1998).

Desde o início desta crise, a Organização dos Estados Americanos manifestou-se contrariamente ao golpe e pediu a recondução do presidente eleito ao cargo. Após longas negociações diplomáticas com a participação da OEA e das Nações Unidas, a Missão Internacional Civil chegou ao Haiti para negociar o retorno do presidente deposto Jean Bertrand Aristide (MINUSTAH). Os Estados Unidos anunciaram o corte de toda ajuda ao governo haitiano até que o resultado das eleições fosse respeitado (CÂMARA, 1998). O Conselho de Segurança decretou, em junho de 1993, o embargo da venda de petróleo e armas para o Haiti, de forma que o general Raoul Cédras voltou a dialogar com a comunidade internacional no

mês seguinte. Aristide pode retornar ao país, com apoio da Missão das Nações Unidas para o Haiti, que se estenderia até 1996 (MINUSTAH). A operação de paz foi autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU baseada no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, aquele que autoriza o uso da força nas ações (CÂMARA, 1998).

A sonhada paz perpétua não veio: uma nova crise eclodiu no final dos anos 90. A missão para estabilização do Haiti (Minustah) foi criada em 2004 através da resolução nº 1542 das Nações Unidas, após a eclosão de um confronto armado que atingiu diversas cidades e levou o presidente Jean Bertrand Aristide a deixar a ilha. Em seu preâmbulo, a resolução garantia o "forte compromisso com a soberania, independência, integridade territorial e unidade do Haiti"¹¹ (MINUSTAH, 2004). O mandato previa a cooperação com diversos organismos internacionais, desde bancos até organizações regionais como a OEA, com intuito de

ajudar na restauração e manutenção da lei, da segurança e da ordem pública no Haiti; proteger as equipes, instalações e equipamentos das Nações Unidas e proteger civis sob ameaça iminente de violência física; apoiar os processos constitucional e político; ajudar na organização, monitoramento e desenvolvimento de eleições municipais, parlamentares e presidenciais livres e justas; apoiar o governo de transição, bem como as instituições e grupos haitianos de Direitos Humanos em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos; e monitorar e reportar a situação dos direitos humanos no país.¹² (MINUSTAH, 2010)

A violência era parte do dia-a-dia: em pesquisa realizada pela Cruz Vermelha Internacional (ICRC, 2009), seis em cada dez pessoas no Haiti relataram ter ficado sem acesso a serviços básicos como água e atendimento de saúde por causa dos conflitos das últimas décadas. Metade perdeu os bens que tinha e muitos relatam

11 strong commitment to the sovereignty, independence, territorial integrity and unity of Haiti (...)

12 assist with the restoration and maintenance of the rule of law, public safety and public order in Haiti; to protect United Nations personnel, facilities, installations and equipment and to protect civilians under imminent threat of physical violence; to support the constitutional and political processes; to assist in organizing, monitoring, and carrying out free and fair municipal, parliamentary and presidential elections; to support the Transitional Government as well as Haitian human rights institutions and groups in their efforts to promote and protect human rights; and to monitor and report on the human

ter deixado de ir ao trabalho ou escola por medo de serem atacados pelas ruas.

No primeiro ano de atuação, as forças lideradas pelo Brasil ainda não haviam conseguido retomar o controle de muitas áreas em mãos de rebeldes haitianos e estes grupos continuavam armados, quadro que poderia comprometer a realização de novas eleições (LAMAS, 2005). Alguns progressos foram obtidos mais tarde: no final de 2006, foram realizadas 19 ações para tomar o controle de Cite de Soleil, maior favela da capital haitiana. Em meados de 2007, 850 acusados de pertencer a gangues foram detidos num único mês e novas operações deste tipo foram repetidas diversas vezes nos anos seguintes (MINUSTAH, 2009). Infelizmente, o terremoto atingiu também as casas prisionais e muitos criminosos retornaram a seus bairros de origem. Este foi um dos motivos para o Conselho de Segurança renovar o mandato da Minustah.

5. A RELAÇÃO ENTRE PAZ E DESENVOLVIMENTO

Para alguns autores, os conflitos só seriam totalmente superados quando fossem derrubados todos fatores geradores de violência como pobreza extrema e os efeitos de catástrofes naturais, o que exige um trabalho de longo prazo. Outros acreditam que a ajuda internacional para a reconstrução de pelo menos parte da infraestrutura permitiria um recomeço para o estado que estivesse saindo de um momento de tensão (o que o ex-presidente da ONU Boutros Boutros-Ghali chamou de "construção da paz pós-conflito"). Uma terceira linha defende a combinação das duas estratégias, de curto e de longo prazo (KUMAR).

Kumar acredita que nem estratégias pós-conflito nem as ações de longo prazo mantidas por organismos internacionais terão efeito se o país receber esta

ajuda sem um "processo político sustentável" (p.381) que gerencie divergências antes que elas resultem em violência. Para o autor, que esteve 13 vezes na ilha na década de 1990, o principal problema residiria no fato do sistema político haitiano não ter conseguido acompanhar as mudanças da própria sociedade. No período em que interferiram de forma direta no Haiti e também na vizinha república Dominicana, os Estados Unidos estabeleceram normas e instituições, como a Guarda Nacional, que perdurariam após sua saída em 1934 (GALEANO, 2004). A inclusão social e política de uma larga parcela da população, os negros das zonas rurais, foi deixada em segundo plano. Entre os anos 70 e 80, uma nova estratégia para estimular o crescimento econômico foi posta em prática: instalar indústrias de manufaturas no país. No entanto, o plano não envolveu a modernização das estruturas estatais nem conseguiu estimular a elite local a reinvestir seus ganhos na economia haitiana, nem conseguiu lidar com o aumento da migração do campesinato para as zonas urbanas (KUMAR). Kumar considera que desde a independência do Haiti não houve uma definição clara sobre qual seria o papel do Estado para integrar negros e mulatos, cidadãos rurais e urbanos, pequenos e grandes agricultores.

Entre as consequências desta migração para as cidades, o pesquisador inclui o maior contato destes cidadãos com a política, que os levou a constatação de que seu governo não apresentava a eficiência desejável. A legitimidade do poder constituído é um dos desafios da política. O Estado ainda tem papel importante, embora tenha que articular-se com os organismos internacionais e os diversos setores da sociedade civil para que a boa governança seja alcançada. Entretanto, é preciso também questionar que governança é esta que se almeja. Guy Hermet (2002) pondera que muitos modelos são sugeridos a partir de um ponto de vista do mundo desenvolvido, que talvez não seja o mais adequado à uma realidade local. Ele alerta em especial para o papel das organizações não-governamentais, que mesmo imbuídas das melhores intenções, podem contribuir mais para a ingovernabilidade do que para o fortalecimento da sociedade que se propõem a ajudar:

Aqueles que constroem esse sistema alternativo e autônomo de "microgovernança" em nome da majestosa governança mundial compartilham a convicção de agir como pioneiros da mobilização do capital social das populações que eles assumem no respeito proclamado à sua personalidade cultural. Porém, na prática, sua estratégia contribui não somente para amplificar o fracionamento já inquietante da sociedade no qual

ela intervém, mas essa estratégia de aprendizes de feiticeiros involuntários tende também a acarretar outros tipos de malefício. De um lado, ela pode engendrar uma atomização cada vez menos coerente das práticas de participação já em vigor no país ou no meio mais restrito que ela afeta. De outro (...) os inovadores confusos dessa estratégia de contorno do estado não percebem que seus empreendimentos muito pouco amadurecidos de “governança participativa” (...) agravam o mal que pretendem curar. (HERMET, 2002, p.41)

O resultado desta ação de entidades estrangeiras, segundo Hermet, é o enfraquecimento do poder local. Esta reflexão pode ser aplicada também a realização das missões de paz: após sua retirada, a governabilidade se sustenta?

Durante o século XX, a vida pública que os haitianos conheceram foi uma sucessão de golpes, governos ditatoriais e clima de instabilidade política. Depois de décadas sob o jugo dos Duvaliers, o país levou quatro anos para conseguir realizar eleições, sendo aclamado vencedor Jean Bertrand Aristide. A escolha por si só não foi suficiente para trazer a paz, visto que os novos presidente e congresso nacional registraram inúmeras divergências e o discurso reformista de Aristide era visto com desconfiança e até como forma de vingança dos mais pobres contra a elite haitiana. Segundo Kumar, um dos motivos para a instabilidade é que o processo eleitoral e a escolha de um novo governo não conseguiram superar a divisão de classes existente desde a independência.

O conflito no campo político permitiu a eclosão também da violência, pois o estado enfraquecido não conseguia manter a ordem. Pesquisa realizada pela Cruz Vermelha Internacional com 522 haitianos em 2009, apontou que 41% desejavam a presença de forças de paz (*peacekeepers*) e 32% a ajuda internacional na forma de doações para superar as dificuldades enfrentadas.

São reveladores os resultados da questão sobre o apoio que estes populares encontraram ao buscar ajuda em diferentes locais. Ao serem perguntados “você sente que suas necessidades foram compreendidas, parcialmente compreendidas

ou totalmente incompreendidas?”, a instituição melhor avaliada foi a família. Para 64% dos entrevistados, os familiares foram totalmente sensíveis às dificuldades que enfrentavam. Em seguida vem a Cruz Vermelha, com 59%. Apenas um em cada três entrevistados considera que o governo compreendeu totalmente suas necessidades. O poder público ocupa a sétima posição neste ranking, perdendo inclusive para grupos armados e exército. Em outra questão da mesma pesquisa, 87% das pessoas ouvidas afirmaram não ter recebido nenhuma ajuda do governo quando expostas a situações de conflito armado. Três em cada quatro haitianos avaliaram que a corrupção é a principal razão para a ajuda não chegar até quem necessita (IRCR, 2009).

Isto demonstra sua fragilidade, a falta de legitimação do governo entre seus próprios cidadãos e é um fator preocupante para a pacificação da região. As missões de paz foram idealizadas como instrumento de caráter temporário, cujos resultados se perderão se não acompanhados de ações de *state/nation building*, ou seja, fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil. Cardoso (1998) menciona o estudo da antropóloga Marianne Heiberg, que constatou um crescimento econômico nas regiões que recebiam as forças de paz, mas este é um ganho com prazo para acabar. Com o fim da missão, os soldados vão embora levando o soldo que gastavam no comércio local.

Infelizmente, as operações de paz por si só não conseguem resolver todos os problemas, se não forem construídas as condições políticas que propiciem o desenvolvimento (CARDOSO, 1998). Por isso, o apoio para a realização de eleições no final do ano foi um dos pontos primordiais da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento do Haiti, realizada em junho na República Dominicana, com a

presença de representantes de centenas de países e organizações internacionais. O documento também pede ajuda para cobrir o déficit de 80 milhões de dólares que o Haiti enfrentará este ano em suas contas públicas (CUMBRE ..., 2010).

CONCLUSÃO

A presença de forças de paz estrangeiras tem sido a regra desde que o Haiti iniciou seu processo de redemocratização. De 1993 a 2000 e de 2004 até o presente momento sempre houve alguma missão das Nações Unidas atuando no país, seja com autorização ou não para usar a força como instrumento de pacificação. Cardoso (1998) menciona a necessidade de pacificar também a política para que a estabilidade perdure após o fim da missão, o que se aplica bem ao caso haitiano.

A divisão social, os baixos níveis de escolaridade, a forma como o país inseriu-se na política e economia mundiais, entre outros fatores, ajudam a compreender porque o Haiti ocupa a última posição no ranking de desenvolvimento das Américas. Sem conseguir solucionar as divergências internas e sendo tratado por muito tempo com desdém por outras nações, o país caribenho não conseguiu gerar e partilhar a riqueza com sua população. A corrupção fez com que boa parte da ajuda recebida durante anos não chegasse às mãos de quem realmente necessitava. Recentemente o ex-ditador Baby Doc conseguiu garantir a posse do dinheiro que mantinha num banco suíço e que acredita-se tenha origem em desvios dos recursos da ajuda internacional.

No entanto, é inapropriado acreditar que este seja um povo condenado à barbárie, como afirmam dezenas de relatos históricos, reunidos por Scaramal (2006), ou a manifestação infeliz do cônsul haitiano em São Paulo, feita poucos dias

após o terremoto. A Europa, tomada como exemplo de civilização, já adotou práticas brutais em diversos conflitos armados, alguns não tão remotos. Há pouco mais de 60 anos, milhões de pessoas foram exterminadas em fornos e câmaras de gás pelos nazistas, o que não impediu os alemães de adotarem outro rumo em sua política e tornarem-se atuantes no processo de integração europeia.

Observa-se nas manifestações de muitos haitianos que estes identificam a paz como valor importante para seu desenvolvimento. Na já mencionada pesquisa feita pela Cruz Vermelha internacional, um dos entrevistados diz: “Imagine que dez pessoas matem outras mil. Se eles são bravos, aquelas mil pessoas poderiam superá-las, mesmo que não estivessem armadas”¹³ (IRCR, 2009). Os pesquisados diziam não conhecer as Convenções de Genebra, mas manifestaram plena compreensão dos valores que elas formalizam, de que existem limites para a ação de qualquer força armada e que nem tudo é lícito durante um conflito.

É bastante positivo que os cidadãos haitianos manifestem-se assim, pois demonstra que a pacificação é um desejo da comunidade e não apenas uma imposição de um valor do mundo que se considera civilizado. O respeito à diferença é um ponto salientado por diversos autores em temas ligados a Direitos Humanos, preocupados se é possível instituir uma universalidade de práticas e crenças. Da mesma forma é preciso refletir sobre a universalidade da democracia e se o modelo conhecido pelos países desenvolvidos é aplicável em outras regiões.

No caso haitiano, tudo indica que este pode ser um processo de médio e longo prazo, ainda mais após o terremoto que afetou gravemente a infra-estrutura

13 *Imagine that ten people kill one thousand others. If they were brave, those one thousand people could overcome the ten, even if the ten were armed.*

do país. É compreensível a preocupação de muitos cidadãos com o preço a pagar pela ajuda financeira e com os riscos da interferência estrangeira no seu território, considerando os episódios históricos relatados nos primeiros capítulos deste artigo. No entanto, é pouco provável que o progresso seja alcançado com a retirada imediata das forças de paz, como alguns militantes sugerem. Pereira (2007) afirma que atualmente nem mesmo os estados mais poderosos seriam capazes de resolver sozinhos conflitos. Afirma ainda que em situações deste tipo as Nações Unidas seriam a organização mais capacitada para exercer este papel de pacificador.

Cardoso (1998) menciona diversos problemas ocorridos durante as missões de paz ao longo das últimas décadas, mas pondera que há pontos positivos nesta forma de atuação, uma vez que ela é uma força multinacional e não uma iniciativa isolada de um país. Diante das intervenções que o Haiti já sofreu, a presente operação é ao menos o menor de dois males. É necessário, no entanto, que ela venha acompanhada de outras ações por parte do governo haitiano e/ou de organizações humanitárias. A eficiência dependerá ainda da capacidade de coordenação entre diferentes órgãos e iniciativas, o que historicamente não tem ocorrido em muitas missões de paz. A centralização do planejamento falha inclusive em relação aos órgãos da ONU: cada um deles determina o envio de seus funcionários de forma independente (CARDOSO, 1998).

O presente quadro político e social do Haiti, mesmo após o terremoto não deve ser considerado sem solução. Quando a cidade de Lisboa foi devastada no século XVIII por um tremor de terra, seguido de um incêndio e um maremoto, os filósofos Voltaire e Rousseau trocaram uma série de cartas debatendo se a tragédia seria um castigo divino, como afirmaram religiosos da época. Rousseau avaliou que

havia menos razões sobrenaturais e mais explicações na ação humana para a dimensão dos estragos. O mesmo raciocínio deveria ser aplicado pela comunidade internacional em relação aos haitianos: nem as tragédias naturais, nem os aspectos históricos geram uma realidade que não possa ser modificada pela ação humana, pelo povo local ou por aqueles a quem ele recorrer.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMS, Elliot. What Haiti needs: A Haitian diaspora. **Washington Post**. 22 de janeiro de 2010. disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/01/21/AR2010012103508.html> . acesso em 13 de julho de 2010.

ACNUR e OHCHRH pedem que países não devolvam haitianos. **Website do ACNUR**. 12 de fevereiro de 2010. disponível em http://www.acnur.org/t3/index.php?id=360&page_id=242&L=0&replaceList= . acesso em 20 de maio de 2010.

AIDH. http://www.aidh.org/uni/Formation/02LesPactes_a.htm . acesso em 5 de julho de 2010.

BEJEAUX, Jean Claude et al. **Elecciones y proceso de democratización en Haití**. Costa Rica: Centro Interamericano de Asesoría y Promoción Electoral, 1986. 68p.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo, Paz e Terra, 2000. 208p.

BONVICINO, Regis. Haiti, uma história de paradoxos e excessos. **Portal Último Segundo**. 15 de janeiro de 2010. disponível em http://ultimosegundo.ig.com.br/opiniao/regis_bonvicino/2010/01/15/haiti+uma+historia+de+paradoxos+e+excessos+9322073.html . acesso em 5 de junho de 2010.

BUSH pledges to spread democracy. **CNN**. 20 de janeiro de 2005. disponível em <http://edition.cnn.com/2005/ALLPOLITICS/01/20/bush.speech/index.html> . acesso em 10 de julho de 2010.

CÂMARA, Irene Pessoa de Lima. **Em nome da democracia - A OEA e a crise haitiana 1991-1994**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos; 1998. 240p.

CHOMSKY, Noam. **Ano 501, a conquista continua**. São Paulo: Página Aberta. 1993. 440p.

CIA. **Fact book**. disponível em <https://www.cia.gov/library/publications//the-world-factbook/geos/ha.html> . Acesso em 15 de maio de 2010.

CÔNSUL haitiano no Brasil culpa "macumba" por tragédia. 15 de janeiro de 2010. **UOL Notícias**. Disponível em <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/consul-haitiano-no-brasil-culpa-macumba-por-tragedia-04021B3266D4990326?types=A&> . acesso em 20 de maio de 2010.

CUMBRE Mundial Sobre Futuro de Haiti. Declaração oficial. 2 de junho de 2010. disponível em http://www.iadb.org/INTAL/articulo_carta.asp?tid=5&idioma=esp&aid=1084&cid=234&carta_id=1187 . acesso em 14 de julho de 2010.

DANTÒ, Ezili. **Haiti has its own rebuilding plan:US/UN Stop blocking Relief**. 10 de fevereiro de 2010. disponível em

http://open.salon.com/blog/ezili_danto/2010/02/10/haiti_has_its_own_rebuilding_plan_usun_stop_blocking_relief . acesso em 25 de maio de 2010.

DOCTORS Without Borders. Haiti: Displaced People Struggle with Complications of Daily Life. Entrevista com Dr. Maryvonne Bague. disponível em <http://www.doctorswithoutborders.org/news/article.cfm?id=4507&cat=field-news&ref=news-index>. Acesso em 06 de julho de 2010.

DOYLE, Mark. Quake-stricken Haiti bears scars six months on. **BBC World**. 12 de junho de 2010. disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/10593255>. acesso em 11 de julho de 2010.

EUA, França e Brasil disputam hegemonia no Haiti, diz 'Spiegel'. **BBC Brasil**. 19 de janeiro de 2010. disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100119_haiti_spiegel_tp.shtml. acesso em 13 de junho de 2010.

FERNANDES, Jéssica Silva. Operação Haiti: ação humanitária ou interesse político do Brasil? disponível em http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100323112219.pdf . acesso em 13 de julho de 2010.

GALEANO, Eduardo. La maldición blanca. Página 12. Buenos Aires, 4 de outubro de 2004. disponível em <http://www.chilehaiti.cl/docs/galeano2004.pdf> . acesso em 18 de maio de 2010.

HAGGERTY, Richard. **Haiti: A Country Study**. Washington: GPO for the Library of Congress, 1989. disponível em <http://countrystudies.us/haiti> . acesso em 17 de maio de 2010.

HAITI: Mobilization at the Haitian Agricultural Ministry against Monsanto. **Website da Via Campesina**. 7 de junho de 2010. disponível em http://www.viacampesina.org/en/index.php?option=com_content&view=article&id=928:haiti-mobilization-at-the-haitian-agricultural-monistry-against-monsanto-&catid=49:stop-transnational-corporations&Itemid=76 . acesso em 11 de julho de 2010.

HAITI: Six Months Later - Delivering on Commitments-Making a Difference. **CIDA**. Ottawa, 9 de julho de 2010. disponível em <http://www.marketwire.com/press-release/Haiti-Six-Months-Later-1287900.htm> . acesso em 13 de julho de 2010

HAITIAN farmers need more support, says UN agency. **UN News Center**. 15 de julho de 2010. disponível em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=35334&Cr=haiti&Cr1=>. Acesso em 19 de julho de 2010.

HERLINGER, Chris. Haiti, six months later: Aid from without, hope from within. **The Huffington Post**. 2 de junho de 2010. disponível em http://www.huffingtonpost.com/chris-herlinger/haiti-six-months-later-ai_b_597132.html acesso em 11 de julho de 2010.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. 495 p.

ICISS. *The Responsibility to Protect*. dezembro de 2001. disponível em <http://www.iciss.ca/pdf/Commission-Report.pdf> . acesso em 20 de junho de 2010.

ICRC thanks donors for their contributions to its humanitarian work in Haiti. **ICRC Brazil**. 9 de junho de 2010. disponível em <http://www.icrc.org/web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/brazil-haiti-news-070610?opendocument> . acesso em 13 de julho de 2010.

ICRC. **Our World: Views from the field - Haiti**. 2009. disponível em [http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/research-report-240609/\\$File/Haiti.pdf](http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/research-report-240609/$File/Haiti.pdf) . acesso em 11 de julho de 2010.

JOANES, Ana. The Fight Against Monsanto in Haiti. **The Huffington Post**. 17 de junho de 2010. disponível em http://www.huffingtonpost.com/ana-joanes/the-fight-against-monsant_b_616261.html

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 2008. 88p.

KUMAR, Chetan. **Sustainable Peace as Sustainable Democracy: The experience of Haiti**. disponível em http://www.fes.de/ipg/ipg4_99/ARTKUMAR.PDF . acesso em 23 de junho de 2010.

LAMAS, Bárbara. Minustah e as implicações para as aspirações internacionais do Brasil. **Conjuntura Internacional**. Minas Gerais, 29 de junho de 2005.

LAURENT, Marguerite. **website pessoal**. disponível em <http://www.margueritelarent.com/index.html>

MINUSTAH. **website oficial da operação de paz**. disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/>

MINUSTAH MILITARY MAGAZINE. Agosto de 2009. disponível em http://minustah.org/pdfs/militaries/Military_Magazine_ENG.pdf

MUIR, David. ROMO, Christine e HOPPER, Jessica. Haiti Earthquake, Six Months Later: Where Has All the Money Gone?. **ABC World News**, 9 de julho de 2010. disponível em <http://abcnews.go.com/WN/money-trail-months-haiti-earthquake-left-millions-peril/story?id=11128898> . acesso em 13 de julho de 2010.

NINIO, Marcelo. Francisco Rezek: "Direito internacional vive sua era mais sombria da história". **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 de fevereiro de 2007. disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=44865>> acesso em 25 de fevereiro de 2010.

ONU. Carta das Nações. IN: MAZZUOLI, Valério. **Coletânea de Direito Internacional**. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2007.

ONU. **National Accounts Main Aggregates Database**. outubro de 2009. disponível

em <http://unstats.un.org/unsd/snaama/selbasicFast.asp>. acesso em 20 de junho de 2010.

ONU. **Un Service Trade.** disponível em <http://unstats.un.org/unsd/servicetrade/default.aspx>. acesso em 20 de junho de 2010

PAPAL nuncio to Haiti: six months later, "we still need help". **CNA.** Roma, 10 de julho de 2010. disponível em <http://www.catholicnewsagency.com/news/papal-nuncio-to-haiti-six-months-later-we-still-need-help/> . acesso em 10 de julho de 2010.

PEREIRA, Antonio Celso Alves Pereira. A reforma das Nações Unidas e o Sistema Internacional Contemporâneo. in *Desafios do Direito Internacional Contemporâneo*. Brasília, FUNAG, 2007. p. 21-78.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. Haiti: fenomenologia de uma barbárie. Goiania: Cãnone Editorial, 2006. 141 p.

SCHMIDT, Bettina. Vodú y los Duvaliers – la religión haitiana como víctima de la violencia del estado haitiano. palestra no programa de pós graduação em Antropologia da UFRGS. Porto Alegre, 7 de maio de 2010.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado Trindade. Desafios para a Efetiva Proteção Internacional dos Direitos Humanos. in **Desafios do Direito Internacional Contemporâneo**. Brasília, FUNAG, 2007. p. 207-302.

UNICEF. **Childinfo: monitoring the situation of children and women.** maio de 2010. disponível em www.childinfo.org .

WARLTIER, Candice. Just What Were They Thinking? **Portrait of an Adoption.** 14 de fevereiro de 2010. disponível em http://www.chicagonow.com/blogs/portrait_of_an_adoption/2010/02/just-what-were-they-thinking.html. Acesso em 08 de julho de 2010.